

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA/GO**

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2024

A empresa **AMPERE ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA -ME**, inscrita sob CNPJ de Nº 27.901.968/0001-45, com sede à Av. Nove, Nº 233, B. Centro, em Ituiutaba-MG., 38300-150, neste ato representada por seu representante legal **DIOGO PAULINO CARVALHO**, portador do CPF Nº 072.427.186-43 e Cédula de Identidade sob nº MG-14.372.057-SSP/MG, vem, tempestivamente, em tempo hábil, perante Vossa Excelência, apresentar,

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa Concorrente/Licitante **G H PARTICIPAÇÕES E NEGOCIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 33.558.337/0001-78, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover o recurso interposto:

I. FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município de Inaciolândia-GO., que tem como objeto **Aquisição e instalação de usinas no Sistema de Geração de Energias Solar Fotovoltaica ONGRID (Sistema Conectado à Rede)**, compreendendo a elaboração do projeto, a aprovação deste junto à concessionária de energia local, o fornecimento de **TODOS** os equipamentos e materiais, a instalação e a efetivação do acesso junto à concessionária de energia local, para o Poder Executivo do Município de Inaciolândia – GO, tudo conformes projetos, memorial descritivo e planilhas em anexos.. ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Presencial, de nº 013/2024.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.

No resultado, justamente a presente empresa **CONTRARAZOANTE** foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas as exigências habilitatórias conforme edital, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão que declarou esta como **INABILITADA**.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

II. DAS RAZÕES ALEGADAS:

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, uma vez que é sabido, Comissão, que a Administração e o licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Isto posto, é mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabiamente quando inabilitou a recorrente por entender que não atendeu as exigências do edital, de maneira que os argumentos trazidos na razão recursal não pode prosperar.

Esclarece-se que a empresa recorrente deve possuir o pleno direito de interpor recurso, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recurso com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão do certame licitatório ao qual o objetivo é: **PROPORCIONAR REDUÇÃO DE CUSTOS COM ENERGIA ELETRICA AO MUNICIPIO DE INACIOLANDIA-GO**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Importa trazer que o recurso interposto é de fato um verdadeiro sofismo, ao qual visa obstruir todo o procedimento licitatório com claro intuito de corrigir erros que cometeu.

Trata-se de recurso cujo objetivo é tentar excluir-se de sua responsabilidade por não se atentar ao referido edital.

A petição traz manobras argumentativas para que a ausência do cumprimento de diversos itens seja ignorada e que possa voltar a participar de forma plena. Ocorre que tal possibilidade revela-se INCABÍVEL.

A recorrente alega que a empresa vencedora tem vícios nos seguintes documentos e que não cumpriu ao edital nos seguintes pontos demonstrados a baixo. **ALEGAÇÕES DA RECORRENTE:**

a empresa AMPERE, mesmo apresentando Certidão de Acerto Técnico irregular, índices financeiros e certidão negativa de falência FALSA.

Pois a partir de agora a CONTRARAZOANTE, ira demonstrar as alegações infundadas apresentada pela recorrente, demonstrando que a mesma é de um caráter extremamente malicioso ao inventar alegações falsas com o intuito de se beneficiar e denegrir seus oponentes com acusações falsas.

PRIMEIRO

A recorrente alega que a empresa vencedora **apresentou Certidão de Acervo Técnico Irregular**.

A licitante, ora habilitada, apresentou sua maior CAT de 75kW de potência em divergência da exigência do edital que é de no mínimo sistema de geração de energia fotovoltaica de 106kWp, conforme item 7.4.2, alínea “a” do edital.

Pois bem, vejamos o que diz o edital:

7.4.2. Capacitação técnico-profissional - Capacitação técnico-profissional a licitante deverá comprovar que possui na data da Licitação, responsável técnico – ENGENHEIRO ELÉTRICO, devidamente certificado pelo CREA, seja por contrato de prestação de serviços, seja por contrato futuro de prestação de serviços, seja por carteira de trabalho devidamente assinada, seja pelo contrato social da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica de execução de serviços semelhantes, pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação, no que concerne aos itens de maior relevância, conforme ANEXO I. A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA, em nome do (s) próprio (s) profissional (ais) de nível superior, responsável geral pela obra, com no mínimo 50% dos serviços descritos no Projeto Básico de execução similar ao objeto licitado, referente aos itens de maior relevância, itens da planilha orçamentária e quantitativos para comprovação de qualificação, de acordo com os itens do Projeto Básico.

a) C.A.T. de execução de sistema de geração de energia fotovoltaica de 106 KWp;

b) C.A.T. de 197 módulos fotovoltaico.

Vejamos, nitidamente a alegação da recorrente e infundada, pois o edital é bem claro quando diz, que a comprovação se dá pela apresentação de atestados técnicos de capacidade de no mínimo 50% dos serviços descritos no projeto básico de execução.

Vejamos o que diz o item 7.4.5 do referido edital:

7.4.5. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a empresa deverá apresentar comprovação de atestado técnico de capacidade da licitante emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **com no mínimo 50% dos serviços descritos no Projeto Básico** de execução similar ao objeto licitado, referente aos itens de maior relevância, itens da planilha orçamentária e quantitativos para comprovação de qualificação, aptidão e solidez, haja vista se tratar de uma obra que quando mal construída ou executada por empresas sem experiência executória, causará prejuízos a sociedade, em razão da possibilidade de insurgências de transtornos pela má execução. Conforme entendimento sedimentado no âmbito do STJ, não é ilegal a exigência de

comprovação de capacidade técnico-operacional. (Agravio de Instrumento AI 70049976731 RS (TJ-RS));

Pois bem, diante do exposto a licitante vencedora comprova ter todas as condições exigíveis neste item conforme os devidos atestados juntados ao processo licitatório e também em anexo a esta peça. Assim caindo por terra as alegações mentirosas da recorrente, pois nota-se nitidamente que a mesma não teve capacidade técnica em ler o que diz o edital.

SEGUNDO

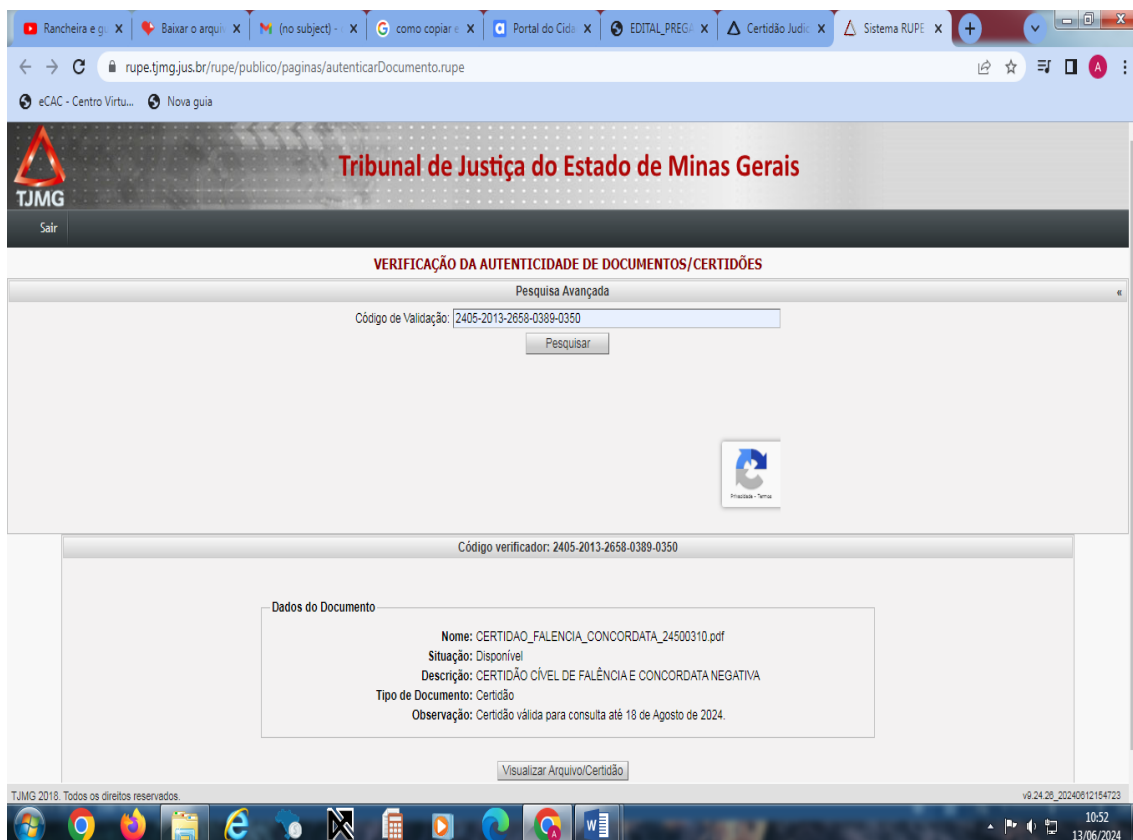
A recorrente alega que a empresa vencedora **apresentou Certidão Negativa de Falência FALSA**

Diante do exposta a recorrente demonstra um mau-caratismo enorme pois acusa a vencedora de falsificar documentos, fato este que deveria ser provado em momento oportuno. Pois a recorrente ao alegar essa situação tenta denegrir a imagem da vencedora perante esta conceituada comissão de licitação da Prefeitura de Inaciolândia-GO.

Vejamos, a Certidão Negativa de Falência e um documento extraído, via digital do sistema jurídico do estado pertinente da sede da empresa de forma digital.

Assim todo documento extraído digitalmente, recebe um código de autenticidade, para que se possa demonstrar que tal documento é lícito. Pois bem, a recorrente demonstra total incapacidade de visualizar a autenticidade do referido documento, pois prefere levantar acusações gravíssimas, com o intuito de se beneficiar no certame.

Vejamos a baixo a autenticidade da certidão de Falência apresentada pela vencedora.



Novamente a alegação infundada trazida pela recorrente cai por terra, pois a certidão apresentada pela vencedora é autêntica e verdadeira, conforme demonstrado acima.

Assim, mais uma vez a recorrente tenta a qualquer custo induzir a Comissão de Licitação ao erro.

TERCEIRO

A recorrente alega que a empresa vencedora **INDICES FINANCEIROS**.

Em mais uma tentativa em vão da recorrente em abalar a declaração da Vencedora em ser vitoriosa no certame tenta induzir esta comissão de Licitação em erro ao afirmar que esta não possui condições financeiras à execução do objeto do contrato, ledor engano e levianas afirmações sem comprovação fática da situação.

Inicialmente, necessário trazer à tona A REGRA DO EDITAL que deve ser observada por todos os participantes, que está insculpida no item 7.5.6 que diz:

*Os índices financeiros indicados neste Termo são usuais de mercado e não **caracterizam restrição à participação**, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM-GO.*

A regra do edital é clara o suficiente, deve a licitante apresentar, os seus índices financeiros como especificado ao cálculo solicitado e a fórmula apresentada, em

nada mencionando possuir ou não passivo, se este em curto, médio ou longo prazo, ou seja, não diz que é obrigatório ser maior que 1 (um) para que seja habilitada ao certame. Sem mais, porém, vamos aos argumentos de defesa à acusação da recorrente.

A recorrente aprofundou-se em situações que não são condições excludentes à qualificação no certame, cujo instrumento convocatório conferiu opção às licitantes, por assim bem entender. Se não concordasse a recorrente deveria ela, em tempo e modo, ter feito uso de impugnação, não o fez e se submeteu às regras, inclusive àquela do item 7.5.6.

Possuir passivos tais como a vencedora apresentou em nada coaduna com a incapacidade financeira de execução do objeto do presente contrato que versa sobre Aquisição e instalação de Usinas no Sistema de Geração de Energias Solar Fotovoltaica ONGRID, se fosse uma qualificação para angariar algum fundo financeiro, por exemplo, poder-se-ia cogitar algo e desde que previsto no instrumento convocatório.

Em que pese ser desnecessário, a vencedora informa que o passivo apresentado decorre de contratos que estão em andamento que após o seu fim solidifica mais ainda o caixa da empresa. O outro quesito da vencedora é que não possui seus tributos em atrasos ou vencidos. Estão todos em dia, e não possui dívidas com terceiros.

A Vencedora apresentou todas as certidões negativas financeiras que foram solicitadas no edital, cumprindo o que exigido, o que leva o “grau de endividamento” tão festejado pela recorrente a nada significar frente ao instrumento convocatório, cuja prova de tal afirmação está na apresentação de todas as certidões solicitadas.

Inexiste, assim, por ausência de qualquer previsão nesse sentido, o descumprimento da Vencedora ao item 7.5.5, que faz parte de todo um ambiente de regras à qualificação econômico financeira que atendidos à miúdo pela Vencedora. Acaso não possuísse índices conforme determinado é que ela poderia ser inabilitada por não se qualificar.

É preciso ter em mente que as exigências relativas à qualificação econômico financeira dos interessados em contratar com a Administração Pública tem como objetivo apenas garantir que o licitante vencedor do certame tenha condições econômicas de cumprir o os compromissos decorrentes do contrato.

Assim sendo, não pode a Comissão de Licitação se afastar das regras contidas no edital de licitação, este que de acordo com a legislação correlata, devendo aplicar as exigências nele contidas e classificar ou habilitar aqueles que as cumprirem como é o caso da Vencedora que apresentou todos os documentos para a sua qualificação econômico financeira, não sendo discutível o seu passivo constante na documentação apresentada que em nada reflete no futuro cumprimento do contrato a ser firmado por ela, absolutamente!

Do exposto, então, deve ser julgada improcedente mais uma vez a alegação infundada da recorrente.

QUARTO

A recorrente alega que **SEU PREÇO NÃO É INEXEQUIVEL**.

Sem muitas delongas, vejamos o que diz o Artigo 59 da Lei 14.133/2021

“ Art. 59. Serão **desclassificadas** as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei. “ (Grifei)

Diante do exposto da lei nitidamente a recorrente tenta passar por cima da lei, e induzir a comissão de licitação ao erro, pois a Lei é bem clara, por se tratar de uma obra de engenharia, o valor de lance não deve ser inferior a 75% (Setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

Nota-se que a recorrente apresentou lance inferior ao previsto em lei tornando-o inexequível.

Com a devida vênia, a empresa recorrente tenta levar o Pregoeiro e sua equipe de apoio ao erro, fazendo um verdadeiro contorcionismo interpretativo da legislação a fim de mudar as regras do presente certame após um resultado a ela desfavorável.

III - FUNDAMENTAÇÕES

É cediço que a participação nas diversas modalidades de licitação é um direito conferido ao particular, mas que resulta em obrigações que o vincula, gerando compromissos com a Administração Pública.

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento do certame seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Demais disso, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório.

Em vista ao exposto, é forçoso concluir que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório tem extrema importância, na medida em que além de impor que as normas nele estipuladas devem ser fielmente observadas pela Administração e pelos administrados, assegura o cumprimento de inúmeros outros princípios atinentes ao certame: transparência, igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade, probidade administrativo, julgamento objetivo e segurança jurídica.

Demais disso, tal princípio evita qualquer burla às normas fixadas no instrumento convocatório durante a execução do contrato por aquele que logrou êxito no certame. Isso sem contar que, com regras claras e previamente estipuladas, é perfeitamente possível a qualquer cidadão fiscalizar seu efetivo cumprimento.

Desse modo, demonstrada a importância do princípio, vale salientar também a importância de que haja, seja por parte da Administração, seja por parte dos administrados em geral, a fiscalização do efetivo cumprimento deste princípio, para que diversos outros e o próprio certame também sejam preservados.

PARA ALÉM: A presente empresa AMPERE foi declarada vencedora Do Pregão Presencial, tendo apresentado Proposta e documentação de habilitação correta nos termos do edital.

Como pode-se analisar em nenhum momento a empresa vencedora descumpriu os termos do edital.

Sendo assim, não há qualquer fundamento para a desclassificação da proposta apresentada pela empresa AMPERE ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA - ME são perfeitamente adequados e compatível com a prestação do serviço e o volume do objeto a ser contratado.

Ressalta-se, por fim: existe autorização expressa da Administração Pública para a concretização de todos os atos realizados para com o certame, além de ser importante ressaltar também a boa-fé administrativa em ter concluída a licitação de forma justa, não fazendo nenhum sentido interpor recurso administrativo, onerando a Administração Pública com lides que apenas atrasam a conclusão da licitação.

Sendo claro a manifesta intenção de obstruir o presente certame, prejudicando e trazendo para o processo atos abusivos, cabe a Administração Pública utilizar-se das sanções administrativas para coibir e sancionar essas práticas.

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o poder disciplinar é a prerrogativa pela qual a Administração apura as infrações e aplica as penalidades ao infrator, que pode ser um servidor público ou particular sujeito à disciplina administrativa.

A Sanção Administrativa, nas contratações públicas, pode definir-se como o exercício do poder-dever do administrador público em face da conduta do particular que venha a prejudicar e lesionar o poder público em suas contratações.

Assim sendo e diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame por alegações sem nenhum fundamento legal, deixando de contratar com a Vencedora que possui capacidade técnica conforme previsto no edital e na legislação vigente e indubitavelmente verossímil e que tenha atendido a todas as exigências do edital e da legislação em vigor.

Demonstrou-se na presente peça que a empresa AMPERE ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA - ME tomou todos os cuidados necessários para respeitar e cumprir com o que foi estritamente estipulado pelo Edital, cumprindo com o princípio, mas a postura de recorrer por detalhes ínfimos mostra-se o contrário de querer respeitar as aspirações administrativas.

IV. DA CONTRATAÇÃO

Sem prejuízo das contrarrazões até aqui lançadas, urge a Vencedora tecer comentário oportuno quanto a interpretação das exigências editalícias, as quais se realizadas tão somente sob o mero aspecto formal, sem observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, pode ferir o princípio basilar das Licitações e Contratos Administrativos

Ainda, no certame em comento não há qualquer situação, documento ou informação que atinja diretamente a competitividade e a isonomia entre os participantes da licitação, o que permitiu ao ente público a busca e classificação da Vencedora.

Correta, legal e adequada a **HABILITAÇÃO** da Vencedora.

Correta, legal e adequada a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da recorrente.

V. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer **SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVOS ORA IMPUGNADO**, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **AMPERE ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA ME**, uma vez que está demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e realizando a **MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RECORRENTE**, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Nestes Termos, espera Deferimento

Ituiutaba-MG, 14 de junho de 2024

AMPERE ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA - ME
DIOGO PAULINO CARVALHO
SOCIO-PROPRIETARIO
CPF: 072.427.186-43
MG-14.372.057-SSP/MG



Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2995170/2023

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **DIOGO PAULINO CARVALHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DIOGO PAULINO CARVALHO**Registro: **MG0000222051D MG** RNP: **1416905200**Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO ELETRICISTA**

Número da ART: **MG20221577366** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **31/10/2022** Baixada em: **10/03/2023**
Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO POR ERRO DE DIGITAÇÃO** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **AMPERE ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA - ME**

Contratante: **OBA! SUPERMECADO LTDA**CPF/CNPJ: **21.365.575/0001-88**Endereço do contratante: **AVENIDA NOSSA SENHORA VITORIA**Nº: **2117**Complemento: **CO**Bairro: **CENTRO**Cidade: **SANTA VITÓRIA**UF: **MG**CEP: **38320000**

Contrato:

Celebrado em:

Valor do contrato: **R\$ 10.000,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **AVENIDA NOSSA SENHORA VITORIA**Nº: **2117**Complemento: **CO**Bairro: **CENTRO**Cidade: **SANTA VITÓRIA**UF: **MG**CEP: **38320000**Data de início: **25/10/2022**Conclusão efetiva: **25/04/2023**

Finalidade:

Proprietário: **OBA! SUPERMECADO LTDA**CPF/CNPJ: **21.365.575/0001-88**

Atividade Técnica: **14 - Elaboração ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA > #11.9.1.5 - SOLAR 80 - Projeto 75.00 quilowatt; 16 - Execução ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA > #11.9.1.5 - SOLAR 64 - Instalação de equipamento 75.00 quilowatt;**

Observações

PROJETO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE 75 KWP, COMPOSTO POR 208 MÓDULOS FOTOVOLTAICOS DE 540 WP E 1 INVERSOR DE 75 KWP.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2995170/2023

29/03/2023, 13:05

bw1w0

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: bw1w0





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

3030617/2023

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **DIOGO PAULINO CARVALHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DIOGO PAULINO CARVALHO**Registro: **MG0000222051D MG** RNP: **1416905200**Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO ELETRICISTA**Número da ART: **MG20232171899**Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**Registrada em: **28/06/2023**Baixada em: **30/06/2023**Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO**Participação técnica: **INDIVIDUAL**Empresa contratada: **AMPERE ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA - ME**Contratante: **ASSOCIACAO EDUCADORA E BENEFICENTE**CPF/CNPJ: **50.951.805/0003-50**Endereço do contratante: **RUA VINTE**Nº: **586**Complemento: **CO**Bairro: **CENTRO**Cidade: **ITUIUTABA**UF: **MG**CEP: **38300074**

Contrato:

Celebrado em: **22/08/2022**Valor do contrato: **R\$ 464.000,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **RUA VINTE**Nº: **586**Complemento: **CO**Bairro: **CENTRO**Cidade: **ITUIUTABA**UF: **MG**CEP: **38300074**Data de início: **22/08/2022**Conclusão efetiva: **08/02/2023**Finalidade: **COMERCIAL**Proprietário: **ASSOCIACAO EDUCADORA E BENEFICENTE**CPF/CNPJ: **50.951.805/0003-50**

Atividade Técnica: **14 - Elaboração ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA > #11.9.1.5 - SOLAR 80 - Projeto 50.00 quilowatt; 16 - Execução ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA > #11.9.1.5 - SOLAR 64 - Instalação de equipamento 50.00 quilowatt;**

Observações

PROJETO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE 50,0 KWP, COMPOSTO POR 136 MÓDULOS FOTOVOLTAICOS DE 460 WP, 2 INVERSORES DE 25,0 KWP CADA.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 3030617/2023

06/07/2023, 08:37

4c8x3

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 4c8x3





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

3031044/2023

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **DIOGO PAULINO CARVALHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DIOGO PAULINO CARVALHO**Registro: **MG0000222051D MG** RNP: **1416905200**Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO ELETRICISTA**Número da ART: **MG20232198189**Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**Registrada em: **06/07/2023**Baixada em: **07/07/2023**Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO**Participação técnica: **INDIVIDUAL**Empresa contratada: **AMPERE ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA - ME**Contratante: **FARMACIA CRUZEIRO ITUIUTABA LTDA - EPP**CPF/CNPJ: **21.311.444/0001-18**Endereço do contratante: **Rua DEZ**Nº: **892**Complemento: **COMERCIO**Bairro: **SETOR SUL**Cidade: **Ituiutaba**UF: **MG**CEP: **38300021**

Contrato:

Celebrado em: **09/10/2020**Valor do contrato: **R\$ 389.990,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **Rua DEZ**Nº: **892**Complemento: **COMERCIO**Bairro: **SETOR SUL**Cidade: **Ituiutaba**UF: **MG**CEP: **38300021**Data de início: **22/10/2020**Conclusão efetiva: **21/05/2021**Finalidade: **COMERCIAL**Proprietário: **FARMACIA CRUZEIRO ITUIUTABA LTDA - EPP**CPF/CNPJ: **21.311.444/0001-18**

Atividade Técnica: **14 - Elaboração ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.4 - DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA 80 - Projeto 74.40 quilowatt; 16 - Execução ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.4 - DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA 46 - Execução de instalação 74.40 quilowatt;**

Observações

PROJETO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE 74,40 KWP, COMPOSTO POR 272 MÓDULOS FV 365 W E 1 INVERSOR DE 74,40 KWP

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 3031044/2023

07/07/2023, 16:10

76C4a

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 76C4a





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ITUIUTABA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: AMPERE ENGENHARIA E CONS ELETRICA LTDA

CNPJ: 27.901.968/0001-45

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 20 de Maio de 2024 às 13:26

ITUIUTABA, 20 de Maio de 2024 às 13:26

Código de Autenticação: 2405-2013-2658-0389-0350

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Sair

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

«

Código de Validação: 2405-2013-2658-0389-0350

Pesquisar

Privacidade - Termos

Código verificador: 2405-2013-2658-0389-0350

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_FALENCIA_CONCORDATA_24500310.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA
NEGATIVA**Tipo de Documento:** Certidão**Observação:** Certidão válida para consulta até 18 de Agosto de
2024.

Visualizar Arquivo/Certidão